

Plano deve ser mantido, diz Clinton

Manutenção do programa econômico é condição para que o País tenha acesso a crédito do FMI

PAULO SOTERO

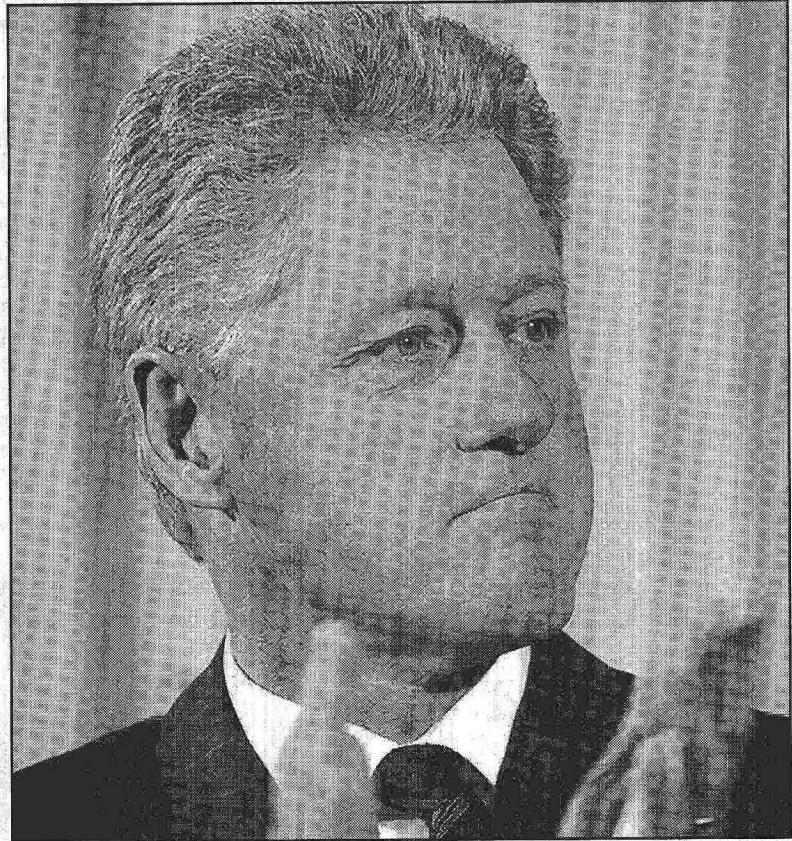
Correspondente

WASHINGTON – O presidente Bill Clinton reafirmou ontem “o forte interesse” dos Estados Unidos em que o Brasil persista na execução do programa econômico, indicando que essa é a condição para o País ter acesso aos US\$ 32 bilhões que ainda não utilizou do crédito de US\$ 41,5 bilhões concedido em dezembro passado por 20 governos e organismos multilaterais de crédito, em apoio ao programa de estabilização fiscal negociado com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O Brasil passou a depender mais desses recursos para convencer o mercado a deixar de apostar contra o real e estancar a saída de divisas do País, que, até o anúncio da desvalorização, havia reduzido as reservas a US\$ 35 bilhões.

“Obviamente, esperamos que a situação seja resolvida de maneira satisfatória, não apenas para o povo do Brasil, como para todos os povos das Américas que querem usufruir o progresso que todos experimentamos nos últimos anos”, disse Clinton.

Embora a saída de dólares do País desde o início do ano viesse sinalizando a crescente pressão sobre o real, especialmente após a moratória de Minas Gerais, Washington foi surpreendida pela demissão do presidente do Banco Central, Gustavo Franco, e a desvalorização do real anunciada pelo sucessor, Francisco Lopes. As duas decisões, conhecidas na capital dos EUA no início da madrugada, mantiveram altos funcionários do FMI e do Tesouro em contatos telefônicos com autoridades brasileiras. O vice-secretário do Tesouro, Larry Summers, cancelou viagem a Nova York para acompanhar a situação do País.

Pela manhã, o secretário do Tesouro, Robert Rubin, informou Clinton sobre a crise brasileira e emitiu comunicado informando que estava em contato estreito com as autoridades



Clinton: ‘Espero que a situação seja bem resolvida para os brasileiros’

NOTÍCIAS

SURPREENDERAM AUTORIDADES EM WASHINGTON

brasileiras, o FMI, o G-7 e as autoridades financeiras de mercados emergentes-chave. “Continuaremos a observar de perto os desdobramentos nos mercados mundiais”. Rubin evitou comentar a decisão

do Brasil. Acredita que o objetivo foi “aumentar a flexibilidade do sistema cambial”. Ele, que na terça-feira manifestara sua confiança na capacidade do presidente Fernando Henrique Cardoso de seguir adiante com o programa econômico, voltou ao tema em seu comunicado, mas de forma mais incisiva. “É importante que o Brasil leve adiante um programa econômico forte e crível”, afirmou.

Fontes bem informadas disseram que o Tesouro e o FMI não gostaram de terem sido apresentados à decisão como fato consumado. Reclamaram a Brasília, dizendo que agiram como parceiros do Brasil na montagem do pacote de ajuda de US\$ 41,5 bilhões e prefeririam ter sido consultados.

Durante a negociação do programa de estabilização, o Fundo havia insistido num ritmo mais acelerado de

depreciação da moeda, mas encontrou resistência no BC. A divergência chegou a produzir uma discussão pública entre o economista-chefe do Fundo, Michel Mussa, e Francisco Lopes, depois que Lopes deu uma entrevista ao *Estado* criticando o FMI.

O tom das declarações de Clinton, do Tesouro e do FMI sugerem a contrariedade provocada em Washington. Um porta-voz do FMI evitou comentários. “Estamos analisando a situação, mas por ora não temos nenhum comentário a fazer.”

Tanto o FMI como o Tesouro apostaram sua credibilidade no êxito do programa brasileiro, depois de terem sofrido duras críticas por causa do fracasso inicial do esquema de socorro que montaram para a Coreia e Tailândia, no começo da crise global, no fim de 97. O empréstimo ao Brasil foi apresentado como o precursor de um novo modelo de combate ao efeito de contágio das crises financeiras na era da globalização, pelo qual as instituições internacionais e o governo do país ameaçado pelo risco de um ataque especulativo agiam de forma preventiva, para impedir o agravamento da crise, e não depois de o país ver sua economia entrar em colapso, como ocorreu nos países asiáticos.